

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

ASPECTOS DA EMERGÊNCIA DA AD NO BRASIL

João Marcos Mateus Kogawa

kogawa@fclar.unesp.br

Doutorando

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp - CAr)

Não são muitos os textos que discutem a história da Análise do Discurso de linha francesa no Brasil. De acordo com Gregolin (*Foucault e Pêcheux na AD: diálogos e duelos*, 2004, p.193) a história da AD no Brasil “[...] ainda é pouco analisada, pouco conhecida”. Diante dessa escassez, surge certo desconforto e, mais que isso, uma profunda curiosidade que nos incita a construir os percursos da teoria no maior país da América Latina.

O trabalho de revolver um campo de saber encontra eco na proposta foucaultiana¹ de construção de uma arqueologia do saber. Como o próprio Foucault afirma em “Sobre a Geografia” (*Microfísica do poder*, 2001), seu método foi utilizado por ele mesmo em campos de saber determinados. Cabe a quem quiser trabalhar com a arqueologia procurar a melhor forma de adequar seu método ao objeto que lhe é próprio.

Sob essa perspectiva, adotamos a sugestão de Foucault e partimos em uma tentativa de reconstruir os percursos da AD no Brasil. No entanto, essa busca tem um recorte temporal bem localizado, qual seja, as décadas de 1960/70. Sob essa ótica, se há uma escassez de textos em relação à história da AD no Brasil, que diremos de textos que discutam a recepção da teoria já nas décadas de 1960/70²? Com efeito, o nome de Carlos H. de Escobar não figura nos eventos de linguística – e mais particularmente de AD – tampouco nas listas atuais dos livros especializados na área.

¹ Assim como Foucault, buscamos analisar uma formação discursiva que permaneceu/permanece à margem da disciplinarização. Trata-se de um saber não institucionalizado, mas que faz eco ao que se entende atualmente por Análise do Discurso de linha francesa.

² Nesse sentido, destacamos o texto da Profa. Maria do Rosário Gregolin “Tempos brasileiros: percursos da Análise do Discurso nos desvãos da história”, publicado em *Percursos da AD no Brasil*. Este trabalho marca um lugar importante na escrita da história da AD do Brasil e serve como um dos suportes para nossa pesquisa.

No entanto, a compreensão desse momento da recepção da teoria no Brasil é crucial para as atuais reflexões da AD na medida em que, já naquele momento, Escobar propunha que se tomasse a materialidade linguística como um modelo a ser expandido para outros campos da produção sócio-cultural, ou seja, já havia uma visada semiológica de base saussuriana integrada ao dispositivo da AD³.

O trabalho de Escobar tem como um de seus objetivos empreender uma leitura materialista da linguística saussuriana, no sentido de desvinculá-la da apropriação estruturalista que dela se fez. A importância desse projeto consiste no fato de tomar a Linguística – à luz do marxismo – como um campo estratégico para compreensão da ideologia. Com efeito, a materialidade linguística é um dos modos de se veicular a ideologia dentre os vários possíveis. No entanto, seu procedimento estrutural deve ser problematizado para que se atinja essa finalidade.

O rompimento com a leitura estruturalista derivada do *Cours de linguistique générale* é norteado pela concepção de ciência que Escobar adota em seus trabalhos. Com efeito, ainda que ele não recuse totalmente os trabalhos desenvolvidos pela Linguística naquele momento, seu posicionamento teoricista recusa o procedimento de análise linguística fundamentado no já-dado, ou seja, o procedimento que descreve a língua como se ela fosse um conjunto de fatos sistemáticos neutros apreensíveis na realidade empírica (sonora ou textual).

A ciência não está fundamentada nos dados da realidade, mas no procedimento constante da racionalidade científica no sentido de produzir questões. Escobar retoma Althusser e Spinoza no que concerne à concepção de que a ciência é verdadeira e, por isso, não precisa de comprovação. Isso resulta no anti-empirismo, que permite afirmar, por exemplo, que a Ciência da História não opera com categorias reais, mas teóricas; a luta de classes não é o ato de pegar em armas, mas um conceito produzido por Marx.

A partir desse posicionamento teórico-teoricista, Escobar procura constituir uma teoria geral capaz de compreender as relações de forças entre os discursos que compõem as diferentes formações discursivas no interior da história de uma sociedade. Com efeito, na esteira de Althusser, uma sociedade é um todo complexo com dominante constituído por ideologias. No entanto, é urgente elaborar uma teoria dos discursos para compreender as formas de materialização dessas ideologias.

Para a elaboração de sua análise do discurso, Escobar propõe a tipologia dos quatro discursos fundamentais [Discursos Ideológicos “Razoáveis”⁴ (DIR), Discursos Ideológicos da “Loucura” (DIL), Discurso Científico (DC) e Discurso Artístico (DA)], seus dois planos (Plano Ideológico e Plano do Corte) e a análise do que ele denomina discursos de estatuto semiológico, com ênfase na Linguística.

³ A atualidade da discussão a respeito da possibilidade de inserção de uma teoria semiológica no dispositivo da AD é trabalhada por Jean Jacques Courtine, na França, e pelo Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara, coordenado pela Profa. Maria do Rosário Gregolin. Essas reflexões foram objeto do II Colóquio Internacional em Análise do Discurso (II CIAD) realizado em setembro de 2009.

⁴ Utilizaremos letras maiúsculas quando se tratar de categorias específicas trabalhadas pela teoria dos discursos de Escobar.

Os quatro discursos fundamentais são divididos em dois grupos, de acordo com suas funções em uma Estrutura de Produção Histórica (EPH). Do lado dos Discursos Ideológicos, encontram-se duas modalidades: os DIR e os DIL. Do lado dos Discursos do Corte, encontram-se os DC e os DA⁵.

Todo o trabalho tem como pano de fundo a categoria de Estrutura de Produção Histórica que se manifesta sempre em diferentes Processos de Trabalho (PT). A EPH funciona como forma de conhecer as práticas sociais. Cada prática social pressupõe uma forma de produção e nesse sentido, os processos de trabalho, que sempre atualizam a EPH (re) produzindo-a, são de dois tipos: Processos de Trabalho Psíquico (PTP) e Processos de Trabalho Material (PTM).

Os DIR são os discursos ideológicos que cumprem a função de reproduzir as determinações estruturais já-dadas historicamente em oposição aos DIL, que denotam uma contrariedade às normas estabelecidas socialmente (desvio psicótico de comportamento). Os DIR são constituídos socialmente a partir de duas subestruturas da EPH: a Estrutura de Instauração (E de I) e a Estrutura Elaborada (EE).

A E de I é responsável pela produção e reprodução das identidades ideológicas nos sujeitos. A EE é responsável pela reprodução e formas de exigência dos DIR já elaborados. Escobar pensa a instauração da identidade a partir da psicanálise freudiana re-lida. É importante ressaltar que a E de I é subordinada à Estrutura Social Adulta (ESA). Essa noção de Estrutura Social Adulta deriva de Lèvi-Strauss, para quem toda sociedade já está estruturada para receber os novos agentes sociais. Para Escobar, essa ESA tem como centro controlador o Estado.

A re-leitura da Psicanálise leva o autor a propor que o inconsciente deve ser pensado em uma perspectiva histórica. Ele é constituído por mitos, discursos ideológicos dominantes e instituições. Esse inconsciente encontra-se estruturado em Fantasmas do Desejo e Fantasmas Interditores. O jogo entre desejo e proibição – constitutivo do Édipo – que forma o inconsciente histórico se atualiza em uma E de I responsável pela constituição da criança como sujeito ideológico. Sob essa ótica o inconsciente atualiza-se em uma linguagem que se arma em cenas ou “visões do coito parental”, “sedução”, “vida intra-uterina”. Os Meios de Trabalho (MT) são partes ou aspectos dos fantasmas constitutivos dessa Matéria-Prima (MP) fantasmal deslocada.

A motivação do sujeito pelo desejo é trabalhada na E de I no sentido de constituir o engajamento. Ao nascer, a criança não porta ainda os valores histórico-sociais responsáveis pela negação da morte. De forma natural, todo ser humano que nasce, se não for cuidado e iniciado nas regras históricas, tende a morrer. É preciso que se produza na criança o desejo pela vida, pela produção, pelo trabalho, pela riqueza, entre outras coisas. Para o recém-nascido, a morte não é uma dificuldade.

⁵ Chama atenção a aplicação da noção de corte epistemológico aos discursos artísticos, mas, de acordo com Escobar, essa modalidade está em descontinuidade com a ideologia tanto quanto a ciência e, por isso, cabe a noção de corte também às artes.

Durante o processo de educação, constitui-se aos poucos uma identidade ideológica no sujeito. Esse processo inicia-se na superação do complexo de Édipo. A mulher é o objeto do desejo e o pai o portador das regras sociais. O teatro obrigatório da educação (constituição da identidade ideológica) funciona como uma forma de configurar papéis para o homem e para a mulher.

Sob essa perspectiva, a E de I é responsável por duas funções: em um primeiro momento, ela é o meio de superação do Édipo e de inserção do sujeito na história; em um segundo momento, ela dita, desde o princípio da vida, o papel social a ser ocupado pelo sujeito para que ele produza/reproduza dentro da sociedade. As duas questões remetem ao significado do *falus* e da castração.

Ao pensar na forma com que Escobar interpreta o *falus* e a castração compreendemos que se trata de uma leitura marxicizada de Freud. O *falus* representa, na leitura condizente com a teoria dos discursos ideológicos, os meios de trabalho – o trabalho e a riqueza – e a castração metaforiza a ausência ou deficiência da posse desses meios – a pobreza. A E de I instaura pelo desejo (sexual inicialmente) as noções de auto-conservação (respirar, comer, etc.) e insere o sujeito nas disputas em que ele aprende a deslocar energias para funções mais civilizatórias. Isso significa que a E de I é o momento de politização do inconsciente.

Sob esse prisma, o desejo pela mãe interditado pelo pai é deslocado para outro plano. O exercício de superação do Édipo exige que o sujeito aprenda a sublimar seus desejos. De certa forma, essa habilidade de deslocamento e de substituição é um meio de exercício da política constitutivo da história.

A E de I não funciona sozinha. Ela é dependente da EE. A EE é constituída por todas as formas institucionais/institucionalizadas de uma sociedade. Nesse sentido, Escobar vale-se da noção de Aparelhos de Estado desenvolvida por Althusser. A EE é o lugar de produção/circulação dos discursos em uma sociedade. Para a instauração da identidade (E de I) é preciso que existam valores e discursos a serem trabalhados no processo de subjetivação. A E de I toma da EE o material a ser utilizado, ou seja, o que pode/deve ser ensinado encontra-se em circulação nos meios institucionais socializados, ou nos AIE/ARE.

É no interior da EE que se encontram os discursos razoáveis já-constituídos. Esses discursos são dominantes na medida em que defendem a propriedade em prol da reprodução da ESA. Há um duplo aspecto a ser considerado no processo de reprodução dos determinantes estruturais de uma formação social: eles ampliam sua eficácia por uma formalização crescente de sua matéria-prima ideológica na forma de meios de trabalho materiais – técnicas produtivas – ou discursos de estatuto semiológico; os discursos ideológicos razoáveis, em seu acabamento formal sempre maior, traduzem um controle crescente do desejo originário.

Há duas questões importantes a respeito da inserção de um modelo semiológico na AD francesa praticada no Brasil: a questão da sofisticação e da elaboração de técnicas para (re) produção da ideologia e os processos de subjetivação que a ideologia imprime ao sujeito por meio dessa

sofisticação. A título de exemplificação poderíamos apontar, atualmente, as divulgações midiáticas e digitais como formas de sofisticação das técnicas produtivas (Discursos de Estatuto Semiológico).

A Semiologia Materialista constitui-se como lugar para se pensar os meios de trabalho que fundamentam a produção dos discursos ideológicos. As bases para a proposição dessa Semiologia são encontradas no *Curso de linguística geral* re-lido sob a ótica de *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale*.

Escobar admite que o trabalho de re-leitura não é simples e que, nem sempre, em Saussure, pode-se encontrar esse tipo de formulação. No entanto, ele diagnostica o estado crítico – e muitas vezes ambíguo – em que os conceitos da Linguística saussuriana permaneceram na medida em que existem elementos não desenvolvidos que permaneceram na sombra das ideias linguísticas.

Como trabalhar essa Semiologia deixada em aberto no *CLG*? Para Escobar, a partir dela, é possível pensar a língua como discurso, ou seja, como produto histórico-ideológico. Nesse sentido, *langue*, como constructo teórico e objeto da Linguística, vai além de um objeto já-dado que serve à descrição do linguista.

Nesse sentido a *langue* deve ser vista no interior de uma ciência dos discursos ideológicos que a tome como produto social e meio trabalho – projeto mal definido, mas presente nos trabalhos de Saussure. A possibilidade de pensar o discurso representa a presença de uma ausência constante em Saussure e é justamente esse viés não desenvolvido pela Linguística estruturalista que a CDI vai seguir.

Sob essa ótica embora a reflexão sobre o discurso esteja presente no *CLG*, ela se torna o “visto do não visto” na medida em que a Linguística dominante no Brasil, no Rio de Janeiro mais especificamente, era a de cunho estruturalista importada por Mattoso Câmara. Essa vertente desmarxizada, segundo Escobar, não problematiza o discurso, pois não visualiza a Linguística no interior da ciência que a engloba (Ciência da História). Para a Linguística estrutural, o Saussure que lança elementos fundamentais para a compreensão do discurso é apagado.

O retorno a Saussure e a preocupação em conferir cientificidade às ciências humanas são o fundamento da AD em sua emergência. Nega-se que a Linguística saussuriana sirva à descrição do vivido, à teorização da experiência de língua e do saber gramatical. Ao deslocar a linguística para o campo científico (não-empírico), Escobar cita Pêcheux: “Ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em romper esta homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem⁶” (apud ESCOBAR, 1973, p.13).

Tal como em Pêcheux, a proposta de Escobar é entrelaçar a problemática da ideologia e da história. A Linguística enraíza-se na ciência dos discursos ideológicos, ou seja, é parte de um campo maior, englobante em relação aos demais. Há uma espécie de contiguidade em que a Linguística estaria inserida na Semiologia que, por sua vez, insere-se na ciência dos discursos ideológicos que, por

⁶ O trecho encontra-se na página 62 da primeira edição, traduzida em 1997 por Bethania S. Mariani; Eni Orlandi [et. al.], no Brasil, com o título *Por uma análise automática do discurso*.

sua vez, integra-se à ciência da História. Finalizamos com um trecho que comprova essa relação de dependência teórica da Linguística em relação à História:

Ao se propor – ainda que apenas em esboço – uma *linguística científica*, conseqüente com a *ciência da história* e a *ciência dos discursos ideológicos*, somos obrigados a situar esta relação, se assim podemos dizer, de *dependência teórica*. A *linguística científica*, a *semiologia materialista*, a *psicanálise materialista* e a *ciência dos discursos ideológicos*, possuem um objeto de conhecimento na medida em que ele depende teoricamente do tronco conceitual do continente histórico. (ESCOBAR, *Proposições para uma Semiologia e uma Linguística*, 1973, p. 194)